

Dimensões multidisciplinares e as particularidades gerenciais de um empreendimento social: o caso CataJampa

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar os aspectos gerenciais de um empreendimento solidário, a fim de determinar as particularidades que definem seus modos de operação. Para tanto, optou-se por investigar um processo organizativo de um empreendimento solidário típico, levando-se em consideração suas características particulares, que extrapolam a questão funcionalista, analisando as dimensões concebidas por Andion (2005), a dimensão social, a dimensão econômica, a dimensão ecológica e a dimensão organizacional e técnica. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudo de caso de natureza exploratória - descritiva, utilizando três estratégias de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas, observações não participantes e dados documentais. O empreendimento escolhido para estudo foi uma cooperativa de recicláveis, o CataJampa, localizado na cidade de João Pessoa- PB. A análise das informações coletadas levou em consideração as categorias e variáveis definidas no estudo de Andion (2005). Concluiu-se que o CataJampa possui características das duas modalidades de gestão, as quais possuem finalidades distintas. Uma de caráter funcionalista, que parece ser eficiente em tornar a cooperativa mais competitiva e lucrativa, que é o que os cooperados almejam. E outra de caráter solidário, que promete ser eficiente em tornar o empreendimento, além de economicamente produtivo, um centro de interação democrático e igualitário, que é o que seus cooperados precisam.

Palavras-chave: Economia solidária, Empreendimento solidário, Cooperativa, Projeto CataJampa.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the managerial aspects of a joint venture in order to determine the particularities that define its modes of operation. For this, it was decided to investigate an organizational process of a typical solidarity enterprise, taking into account its particular characteristics, which extrapolate the functionalist question, analyzing the dimensions conceived by Andion (2005), the social dimension, the economic dimension, the ecological dimension and the organizational and technical dimension. The research adopted a qualitative approach, developed through an exploratory - descriptive case study, using three strategies of data collection: semi - structured interviews, non - participant observations and document analysis. The enterprise chosen for study was a recyclable cooperative, the CataJampa, located in the city of João Pessoa-PB. The analysis of the information collected took into account the categories and variables defined in the study by Andion (2005). It was concluded that CataJampa has characteristics of the two management modalities that have different purposes. One of a functionalist character, which seems to be efficient in making the cooperative more competitive and profitable, which is what the cooperative wants. And another one of solidarity, which promises to be efficient in making the enterprise, besides being economically productive, a center of democratic and egalitarian interaction, which is what its members need.

Keywords: Solidarity economy, Solidary entrepreneurship, Cooperative, CataJampa project.

1 Introdução

A partir da década de 80, a ideia de que a formação de laços de cooperação e a organização em associações podiam contribuir para melhores resultados na redução do desemprego e da pobreza foi adquirindo forças entre teóricos e atores políticos (IPEA, 2018). Essa ideia foi reforçada a partir de uma realidade de desestruturação de mercado de trabalho, fragilidade das instituições públicas e programas sociais (IPEA, 2018).

Em contrapartida a esse cenário, alternativas e ações para provimento de trabalho, emprego formal, renda e redução da exclusão começaram a ser debatidas em escala global. Entre essas ações, encontra-se o ressurgimento do debate em torno da organização coletiva do trabalho (COELHO; GODOY, 2011).

A organização coletiva do trabalho é caracterizada por diversas práticas e formas organizacionais que têm por finalidade associar pessoas para produzir e reproduzir meios de vida com base em relações de reciprocidade e igualdade (COELHO; GODOY, 2011). Essas organizações oferecem uma possibilidade de construção de uma economia mais justa e igualitária, que procura incluir pessoas excluídas da sociedade, seja no âmbito econômico ou social (SANTOS *et al.*, 2017).

De acordo com Coelho e Godoy (2011), as experiências de laços de cooperação e associações tornaram-se expressivas no Brasil a partir de meados da década de 1990, onde parte dessas associações encontra-se no âmbito da economia solidária, das quais se destacam os empreendimentos solidários que passaram a contemplar um triplo plano de atuação (social, econômica e política).

Nesse contexto, a economia solidária e seus empreendimentos têm despertado séries de estudos e reflexões nas ciências sociais aplicadas brasileiras. Sobretudo, esses estudos empíricos sobre as formas associativas ainda utilizam os pressupostos funcionalistas empregados na esfera privada, sem efetuar as adaptações necessárias ao entendimento das particularidades dessas organizações (SANTOS *et al.*, 2017).

Assim, mediante a manutenção e disseminação das iniciativas de empreendimentos solidários, da relevância que a temática tem conquistado e dos desafios para a discussão desse fenômeno para a ciência da Administração, o presente estudo tem por objetivo analisar os aspectos gerenciais desses grupos, a fim de determinar as particularidades que definem seus modos de operação.

Para tanto, para este estudo, partiu-se de uma caracterização preliminar relacionada as organizações solidárias concebida por Andion (2005). Essa caracterização preliminar é um modelo de análise composto por quatro dimensões principais: a dimensão social, a dimensão econômica, a dimensão ecológica e a dimensão técnica. Este modelo é multidisciplinar, pois segundo Andion (2005), concentra-se em conceitos da filosofia e diferentes disciplinas das humanidades - sociologia, antropologia econômica e ciência política – permitindo assim, uma visão não-funcionalista da gestão, mais adaptada à realidade dessas organizações.

Buscou-se, com isso, analisar e interpretar fenômenos organizacionais numa perspectiva e abordagem que extrapolam os pressupostos funcionalistas e a vertente gerencialista da esfera privada, pautados pelas clássicas descrições de modelos e fórmulas de gestão. Adentrou-se pelo terreno intersubjetivo das organizações, principalmente no que concerne às relações estrutura-indivíduo-meio externo, levantando *insights* e portas de entrada interessantes para se refletir sobre esses tipos de empreendimentos.

Este trabalho se encontra estruturado em quatro seções, além da introdução. A primeira apresenta uma contextualização histórica sobre os avanços políticos de trabalho e renda no Brasil; além do aporte teórico sobre as manifestações da economia solidária no país; e por último, apresenta-se o aporte teórico da economia solidária, seu conceito e particularidades. A segunda seção trata dos procedimentos metodológicos do estudo. Logo após, apresentam-se as análises, discussão dos resultados e por fim as considerações finais da pesquisa.

2 Brasil: avanços nas políticas de trabalho e renda

Durante a década de 70 segundo Guimarães (2011), o Brasil foi marcado por uma onda de desemprego. Já em décadas anteriores, o Brasil havia vivido um período de grande prosperidade, resultado da disseminação tecnológica, das novas formas de organização produtiva e do crescimento do comércio internacional, foi uma época de grande ascensão para o capitalismo, marcado por baixíssimas taxas de desemprego. Esse excelente desempenho possibilitou para consolidação de um amplo Estado do Bem-Estar Social, levando a combinação do progresso econômico com os avanços na justiça social (GUIMARÃES, 2011).

Sobretudo o mesmo autor relata que os anos 70 foram marcados pela quebra desse círculo virtuoso, instalando em lugar da combinação do progresso econômico com os avanços da justiça social, a combinação da desaceleração econômica e inflação, acompanhado pelo aumento da desigualdade e pela incapacidade de incorporar certos segmentos da população. Os anos 70 reflete também a crise do paradigma fordista, havendo forte redução do emprego industrial, crescimento da participação do setor de serviços, redução de alguns postos de trabalhos mais estáveis e precarização das condições de trabalho, juntamente com o aumento dos contratos em tempo parcial e com poucos direitos trabalhistas (GUIMARÃES, 2011).

Para os autores Silva Jorge (2009), nos anos 80, o modelo econômico foi marcado por uma forte crise, resultado da falência fiscal do Estado e do endividamento externo, levando à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos, que até hoje inviabilizaram a retomada do crescimento econômico sustentado. Em relação aos fatores externos, como a escassez de recursos financeiros internacionais destinados aos países endividados assim como o Brasil, o país manteve uma política de geração de elevados superávits comerciais através da adoção de um programa de exportações e de substituição de importações como forma de atender ao pagamento da dívida externa (SILVA JORGE, 2009).

Sobretudo, segundo os autores Pochmann (2002), Fogaça (1992) e Guimarães (2011), a criação de barreiras à entrada de produtos estrangeiros garantiu o consumo dos produtos provenientes da indústria brasileira, independente da sua qualidade e custo de produção. Como consequência, destacam que o fato de não haver concorrência no mercado interno levou grande parte da indústria brasileira a não se preocupar em acompanhar os avanços tecnológicos tornando-se, ao longo do tempo, uma indústria com níveis de produtividade e qualidade bastante inferiores aos característicos de economias desenvolvidas (POCHMANN, 2002; FOGAÇA, 1992; GUIMARÃES, 2011).

Em reflexo disso, segundo Guimarães (2011) e Silva Jorge (2009), se deu nos anos 1990 uma desestruturação no mercado de trabalho, a orientação da política volta-se agora para liberação do mercado financeiro nacional, com o objetivo de atrair volumes de capitais e abertura indiscriminada do mercado interno à concorrência externa. O efeito dessas mudanças no contexto econômico foi claramente negativo marcado pelo desemprego em massa (GUIMARÃES, 2011; SILVA JORGE, 2009).

Somando-se a isso a década de 90 para Guimarães (2011) foi marcada também pela queda de empregos com carteira assinada e pela redução dos salários médios. Outra tendência foi à redução de oferta de vagas para a população de menor escolaridade e a elevação da taxa de participação no mercado de trabalho, efeito do ingresso da população feminina. O resultado disso foi que o desemprego cresceu juntamente com a informalidade e a precarização das relações de trabalho (GUIMARÃES, 2011).

É importante relatar que, a legislação federal no Brasil, na área do trabalho, teve alguns marcos históricos importantes: a criação do Ministério do Trabalho em 1930; a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em 1966; o Sistema Nacional de Emprego em 1976 e o Seguro Desemprego em 1986. Foi, sobretudo, durante a década de 1990, que foi criada a regulamentação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para dar um fôlego a economia que até então sofria refrações advindas da crise capitalista. Este

é um fundo especial destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico que tem como objetivo gerar e/ou manter emprego e renda (SERRA, 2009).

De acordo com Serra (2009), o Sistema Público de Emprego pode ser viabilizado financeiramente a partir da criação do FAT, compondo políticas de transparência de renda (Abono Salarial e Seguro-Desemprego), prestação de serviços (Intermediação de mão de obra e Qualificação Profissional) e concessão de Crédito Produtivo. Segundo o mesmo autor, os programas principais financiados com recursos do FAT foram: o Programa do Seguro-Desemprego (com as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação de mão de obra) e os Programas de Geração de Emprego e Renda (com a execução de programas de estímulo para geração de empregos e fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos).

Devido à crise internacional de acordo com o instituto IPEA (2011) ocorrida nos anos de 2008-2009, o Brasil teve que tomar uma série de iniciativas macroeconômicas, de natureza monetária, creditícia, fiscal e tributária, a fim de minimizar os impactos da crise sobre as variáveis principais do mercado de trabalho. Felizmente, os impactos da crise se mostraram limitados e, ademais, transitórios no país. Apenas no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, registrou-se uma diminuição da ocupação, bem como elevação do desemprego. Todavia os períodos seguintes, com a recuperação da atividade econômica, a situação do mercado de trabalho mostrou alguns sinais de recuperação (IPEA, 2011).

No ano de 2010 ainda de acordo com o instituto, o mercado de trabalho brasileiro apresentou um desempenho positivo. A taxa de atividade atingiu seu maior desempenho, acompanhada pelo crescimento da ocupação. Já, a taxa de formalização do trabalho também alcançou seu maior nível, alavancada pelo aumento do emprego com carteira assinada. As razões para este desempenho positivo do mercado de trabalho foram diversas, mas frequentemente vinculadas às iniciativas estatais, a exemplo disso, mencionem-se as políticas monetária, creditícia, fiscal e tributária, implantadas desde 2009, com o intuito de minimizar os efeitos da crise internacional (IPEA, 2011).

Outras iniciativas que também ajudaram na área de trabalho e renda foram políticas de valorização do SM, de pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial. Com esse conjunto de iniciativas do Estado, o mercado de trabalho superou rapidamente os piores efeitos da crise, permitindo que o crescimento da economia passasse a consolidar, cada vez mais, na ampliação da remuneração dos trabalhadores e do consumo das famílias (IPEA, 2011).

O ano de 2012 segundo o instituto IPEA (2014), a economia brasileira se caracterizou pela desaceleração do crescimento do seu nível de atividade, depois de ótimos resultados em anos anteriores. Sobretudo isso não afetou a trajetória do mercado de trabalho, visto que, algumas variáveis continuam positivas, como por exemplo, a queda na taxa de desemprego, aumento do rendimento médio real e a queda da taxa de informalidade. Já o ano de 2013 começou apresentando um possível retrocesso em relação aos resultados macroeconômicos de 2012, uma vez que a taxa de desemprego teve um ligeiro aumento, assim como o rendimento médio real passou a apresentar uma leve tendência de queda (IPEA, 2014).

No ano de 2014, o mercado de trabalho registrou, por um lado, a manutenção de níveis historicamente baixos do desemprego e informalidade, e por outro lado, houve, além de uma queda significativa na taxa de participação, uma redução da população ocupada (IPEA, 2015).

Já o mercado de trabalho no ano de 2015 enfrentou um desaquecimento econômico e inflação elevada, além de um contexto político marcado por incertezas. Este ano uma perda significativa de postos de trabalho, e um aumento da taxa de desemprego (IPEA, 2016).

No ano de 2016 a retomada do crescimento da economia brasileira não aconteceu, visto que esse ano registrou uma piora sensível em alguns de seus principais indicadores, com destaque para um aumento pronunciado da taxa de desemprego, ocasionado basicamente pela

queda na população ocupada (IPEA, 2017). Como observado o mercado de trabalho brasileiro vem enfrentando, ao longo dos últimos anos, um período de forte deterioração, combinando sucessivas retrações nos níveis de ocupação e de renda, além de elevação do desemprego.

De acordo com os dados e o que foi relatado pelo IPEA (2017), a tendência daqui para frente é de crescimento econômico, revertido numa trajetória positiva do mercado laboral. Entretanto, apesar dessa conjuntura positiva, é importante ressaltar que o mercado de trabalho não modificou problemas históricos em sua estrutura, associados ao modo como ocorreu o desenvolvimento capitalista no Brasil. Esses problemas dizem respeito a persistência da desocupação em patamares elevados para certos grupos sociais, bem como a acentuada heterogeneidade das ocupações disponíveis, seja em relação às condições de trabalho e de remuneração, seja em termos de acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

Em suma, o mercado laboral está a perpetuar vários problemas estruturais, que respondem por grande parcela das desigualdades econômicas e sociais verificadas no país, motivo de grande desafio para o Governo Federal, que tem que driblar tais dificuldades econômicas, criando iniciativas para minimizá-las, tais quais, as que serão abordadas a seguir.

No contexto brasileiro quatro eventos contribuíram para que o conceito economia solidária ganhasse maior densidade teórica e inserção no debate social. O primeiro evento foi a constituição de uma mesa redonda durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 1995, com o tema Formas de Combate e de Resistência à Pobreza. Os trabalhos debatidos nesse evento apresentaram diversas experiências importantes voltadas ao campo da economia popular, que foram publicadas pelo pesquisador Luiz Inácio Gaiger no ano seguinte, e é nesta publicação que aparece pela primeira vez o termo “empreendedorismo solidária” (IPEA, 2018).

O segundo evento foi marcado pelo III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), que ocorreu em São Paulo, em 1996. Esse encontro resultou em um livro do pesquisador Paul Singer, nele o termo economia solidária não é diretamente mencionado, mas é ressaltado experiências vivenciadas por trabalhadores, que saem do sistema assalariado para assumir seu próprio empreendimento coletivo (IPEA, 2018). É deste modo, segundo Singer (1997) que a economia solidária ressurge no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva.

O terceiro evento foi manifesto a partir da Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (Pnud/ONU), em dezembro de 1996. Nele, o conferencista Marcos Arruda tratou sobre o cooperativismo genuinamente autogestionário e solidário como estratégia que permitiu aumentar a inovação (IPEA, 2018).

As ideias propostas nesses três eventos citados resenhados por Gaiger, Singer e Arruda culminaram para um quarto evento, o seminário Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia, realizado na Universidade Católica de Salvador, em 1999. Nesse seminário foi tratado sobre a temática do trabalho coletivo e da economia popular, porém ainda não se unificavam em torno de um conceito comum (IPEA, 2018).

Conforme apresentado, todos esses eventos foram relevantes para que o termo economia solidária passasse a ser reconhecido pela academia e permitisse que um amplo rol de organizações sociais e de pesquisa passasse a compartilhar um instrumental conceitual mais ou menos comum, proporcionando uma maior densidade organizacional em volta do campo da economia solidária no Brasil.

3 Economia Solidária: conceito e particularidades

A economia solidária de acordo com Monteiro (2009) nasceu em grande medida decorrente da crise do trabalho e da exclusão social. Essa ideologia surgiu com a concepção de

incluir o estímulo ao exercício da cidadania através da participação democrática. Ou seja, os trabalhadores, ao mesmo tempo em que definem os aspectos dos caminhos dos seus empreendimentos, exercitam formas de intervenções nas definições das políticas que influencia suas atividades.

A principal contribuição da economia solidária reside na mudança e no bem que acarretam aos próprios que a praticam, ao escaparem da lógica dominante de classificação social, justamente por conseguirem romper elos de reprodução da desigualdade (ASSEBURG; GAIGER, 2007). É nesse quadro de desigualdade social que influencia a própria condição de sujeito do trabalhador.

Seguindo a ideia do autor Gaiger (2000) o conceito de economia solidária apresenta características ideais, verdadeiros princípios, que devem se materializar na prática dos empreendimentos de economia solidária: a autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

A solidariedade na economia só pode se concretizar se ela for organizada igualitariamente pelos associados (SINGER, 2013). De acordo com o autor, no empreendimento solidário todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Não há competição entre os sócios, se o empreendimento progredir, acumular capital, todos ganham por igual (SINGER, 2013).

O empreendimento solidário se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. As decisões costumam ser tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. As ordens e instruções da associação fluem de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. E a autoridade maior em um empreendimento solidário é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração (SINGER, 2013).

Para Monteiro (2009) os empreendimentos caracterizáveis como de economia solidária são iniciados no coletivismo e na democracia participativa de modo que o trabalho, os meios de produção e operacionais (distribuição, consumo, crédito), os resultados e a gestão sejam compartilhados pelos trabalhadores. Empreendimentos marcados também com base na autogestão, na lógica cooperativa e solidária, favorecem a criação de espaços públicos de proximidade e cidadania (MONTEIRO, 2009).

Ainda de acordo com o autor, essa forma de pensar coletivo se apresenta como uma alternativa na geração de trabalho e renda e de inclusão social, que se materializa a partir de experiências econômico-sociais sob a forma de cooperativas, associações, dentre outras, e desenvolvem atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, segundo as ideias de comércio justo e consumo solidário. Ademais, a ideologia solidária pretende ser um meio de geração de renda e bens para os mais pobres e marginalizados, para os quais propicia a prática e o fortalecimento da organização comunitária.

Não pretendendo esgotar o assunto, o objetivo aqui foi levantar o tema como uma possibilidade de ação de um espaço público nos moldes e preceitos defendidos pela economia solidária, acreditando numa lógica diferente do mercado tradicional. Lógica pautada na cooperação e solidariedade, pilares de sustentação e desenvolvimento de uma postura cívica que fortalece o sistema democrático.

4 Modelo multidisciplinar

As análises foram organizadas em quatro macrodimensões, a saber: a) social - refere-se à interação das pessoas dentro da organização; b) econômica – trata-se das formas de gestão de recursos, financeiros e não financeiros, utilizados na associação; c) ecológica – considera-se as relações da organização com o meio ambiente externo, numa perspectiva de complementaridade entre as noções de autonomia e de dependência; d) organizacional e técnica

– aborda-se os aspectos referentes ao funcionamento interno das organizações e seus impactos sobre os indivíduos.

É importante salientar que, neste trabalho, as dimensões de análise foram caracterizadas como tal de acordo com o modelo de análise concebido por Andion (2005), no seu estudo sobre “A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios”. Este modelo de análise concentra-se em conceitos da filosofia e diferentes disciplinas das humanidades - sociologia, antropologia econômica e ciência política – permitindo assim, uma visão não-funcionalista da gestão, mais adaptada à realidade dessas organizações.

No Quadro 1 a seguir, é apresentado uma síntese, contendo todos os componentes do modelo de análise.

Quadro 1: Modelo de análise

Dimensões	Variáveis analisadas
Social	Atores
	Comunicação
	Interação
	Tomada de decisão
Econômica	Recursos utilizados e suas aplicações
	Construção da oferta e da demanda
Ecológica	Relação com a comunidade
	Relação com o Estado e com o mercado
Organizacional e técnica	Processo produtivo
	Conhecimento e aprendizagem
	Critérios de eficácia
	Satisfação dos indivíduos no trabalho

Fonte: Adaptado de Andion (2005)

5 Metodologia

A abordagem ao problema de pesquisa foi eminentemente qualitativa, segundo Richardson (2008, p. 80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”, e, o método utilizado, um estudo de caso de natureza exploratória-descritiva. A pesquisa ao campo ocorreu durante o mês de setembro de 2018. O lócus de investigação foi constituído pelo Projeto CataJampa, localizado na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba (PB). A escolha do projeto ocorreu em função da disponibilidade e interesse dos indivíduos em participar do estudo. As informações obtidas derivam dos relatos e percepções obtidos a partir da condução

de duas entrevistas semiestruturadas realizadas com as coordenadoras do Projeto selecionado. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro pré-estabelecido pela autora, baseado na literatura e nos objetivos da pesquisa. Este roteiro objetivou estruturar uma conversa fluída que estimulasse o entrevistado a reconstruir um pouco de sua história pessoal, sua trajetória e vivência nas atividades e no empreendimento, bem como os possíveis reflexos dessas experiências em sua vida. O roteiro está dividido em quatro blocos, social, econômico, ecológico e técnico, embora em sua utilização no transcorrer da entrevista fosse respeitada a sequência narrativa estabelecida pelo próprio entrevistado. As entrevistas foram realizadas no próprio empreendimento e tiveram um tempo médio de 60 minutos de duração.

Fizeram parte do *corpus* de pesquisa, observações não participativas e documentos, levantados durante as investigações em campo, sendo esses cruzados com os dados das entrevistas. A observação não participante ocorreu por meio de visitas regulares durante o período de uma semana, que tiveram por objetivo acompanhar um pouco do ato de trabalhar na seleção de materiais recicláveis, observar o local de trabalho, participar de algumas reuniões, bem como executar as entrevistas com os coordenadores. Os principais instrumentos utilizados nessa observação foram o diário de campo e a documentação midiática (pequenas filmagens e fotos). Foram objetos de análise também os seguintes documentos da associação: Estatuto; Regimento Interno e Atas.

Através da análise de conteúdo, procurou-se responder o objetivo proposto. A pesquisa foi desdobrada em quatro categorias: I) Dimensão social; II) Dimensão econômica; III) Dimensão ecológica; e IV) Dimensão organizacional e técnica. As categorias de análise foram definidas com base nos passos da análise de conteúdo conceituados por Bardin (1977), cuja técnica funciona por meio da divisão do texto em partes distintas e em categorias de acordo com um reagrupamento analógico. Sendo neste estudo utilizado a categorização apriorística, na qual os temas investigados já são pré-determinados antes da pesquisa de campo.

5.1 Locús de investigação: CataJampa

Em 2013 os seminaristas da Pastoral Sagrado Coração de Jesus idealizaram uma cooperativa de reciclagem diante da demanda muito grande de catadores que residiam nas comunidades carentes de João Pessoa -PB. Estes iniciaram reuniões semanais para unir pessoas interessadas em serem cooperadas. A priori, a cooperativa se chamava Atos e apoiava além dos catadores outros trabalhadores que ocupavam uma posição marginal na sociedade, com poucas oportunidades no mercado de trabalho. Com o passar do tempo, a ligação com a igreja foi diminuindo e a cooperativa ampliou sua ação, tornando-se um projeto do bairro e não apenas da pastoral. No ano de 2014 que de fato o CataJampa foi instaurado, como uma cooperativa pioneira no ramo de reciclagem na cidade de João Pessoa. A cooperativa tem como parceiros a UEPB, IFPB, TRE e o Supermercado TodoDia. Baseada nos princípios da economia solidária, atualmente está com cerca de 14 cooperados atuantes, 12 cooperados que realizavam as atividades fins do empreendimento e 2 cooperados que além de realizar as atividades fins também eram responsáveis pela parte gerencial do empreendimento. Os materiais coletados na cooperativa é o alumínio, o ferro, o papel, o plástico e o vidro. As atividades realizadas pela cooperativa são a coleta, a triagem, a prensa dos materiais e a venda. O CataJampa tem ajudado a gerar empregos e colaborado para a valorização do trabalho dos catadores. Ademais, a reciclagem por si só auxilia no processo de preservação ambiental, ao passo que diminui o uso de recursos naturais para a fabricação de embalagens.

6 Análise e discussão dos resultados

As análises foram organizadas em quatro macrodimensões, a saber: a) social - refere-se à interação das pessoas dentro da organização; b) econômica – trata-se das formas de gestão de recursos, financeiros e não financeiros, utilizados na associação; c) ecológica – considera-se as

relações da organização com o meio ambiente externo, numa perspectiva de complementaridade entre as noções de autonomia e de dependência; d) organizacional e técnica – aborda-se os aspectos referentes ao funcionamento interno das organizações e seus impactos sobre os indivíduos.

6.1 Dimensão social

O estudo da dimensão social do CataJampa suscitou em algumas características organizacionais, densas de significados, que refletiram bem o perfil de um empreendimento solidário. De acordo com a análise, o CataJampa é uma cooperativa focada no indivíduo, de princípios democráticos, na qual considera cada indivíduo um sujeito ativo, livre, solidário e igualitário. Esta classificação dos cooperados foi percebida a partir da análise dos seguintes trechos da entrevista:

“ [...] a gente não determina o que tem que ser feito, a gente discute, aponta o problema e todos dão suas opiniões e a que for mais voltada é a que fica, é sempre bem participativo. [...] a gente não exclui ninguém [...] a nossa luta não é pra exclusão, alguém é bom em alguma coisa, né? [...] se eu só lenta pra separação então eu devo ser boa pra rua ou pra fazer uma questão burocrática ou pra fazer o alimento de quem tá no trabalho, em alguma coisa eu vou servi. [...] a gente não é imposta a nada, não tem ninguém que imponha - olha vocês têm que trabalhar assim-, é a gente mesmo que mantém a gestão desse trabalho. ” (E1)

“ [...] a gente chama eles, pessoal vamo senta a gente tem que conversa, senta todo mundo, a gente vai pra aquele processo de democracia e a gente vai olhar o que o grupo necessita, o que associação necessita [...]. Nós não tem patrão aqui, a autoridade é uma só, aqui nós temo um grupo que se sente em democracia e resolve todos os problema e busca o que é melho pra o empreendimento [...].” (E2)

Como observado, o pressuposto normativo do princípio democrático do CataJampa é manifesto em sua dinâmica organizacional por meio de reuniões. Nesse sentido, segundo Coelho (2011), o arranjo organizacional da cooperativa pressupõe intensa interação social, na qual toda a gestão é discutida de forma aberta entre todos. As reuniões acabam por ditar a dinâmica que não apenas aproxima os cooperados uns dos outros, mas, acima de tudo, abre espaço para o diálogo, a argumentação e a participação. Esses espaços tornam-se incentivadores ao autoconhecimento e ao conhecimento da organização.

Como evidenciado, o CataJampa administra o empreendimento democraticamente, ou seja, prática a autogestão, diferentemente de empreendimentos com pressupostos funcionalistas, que aplica a heterogestão. A heterogestão tem como suporte a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo, não seguindo princípios democráticos (SINGER, 2013). Conforme o autor, para que a autogestão seja realizada de maneira eficaz, é preciso que todos os cooperados sejam sempre bem informados do que está ocorrendo no empreendimento, estando disponíveis para resolução de problemas que possam surgir.

No CataJampa acontece ao que parece uma autogestão eficaz. Conforme o trecho abaixo, a cooperativa exige um esforço adicional dos trabalhadores no empreendimento solidário. Os cooperados no CataJampa além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa.

“Cada um tem sua atividade pela manhã, eu terminei a minha, não cabe a mim me escorar não, eu vou ali ajudar meu companheiro [...] eu tenho uma novata aqui que ela não sabe mexer na prensa, ela ainda não sabe operar, aí ela só fica na triagem ou coleta [...].” (E2)

Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de empregar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos no CataJampa ficarem a par do que está ocorrendo no empreendimento contribui para a cooperação, sem necessidade de que sejam incentivados por competições, como ocorre em empresas capitalistas.

6.2 Dimensão econômica

Durante as análises das entrevistas foi verificado que as atividades econômicas da cooperativa não se dissociavam das relações existentes. Foi observado que a cooperativa efetuava uma hibridação de diferentes tipos de recursos provenientes de três fontes distintas: a redistribuição de recursos provenientes do Estado; o mercado de recursos provenientes de trocas mercantis; e as doações provenientes das relações interpessoais. Essa mistura de fontes de recursos é uma característica particular destes empreendimentos solidários. Como observado no trecho da entrevista que segue, a característica reciprocidade faz parte da cooperativa pesquisada.

“[...]eu pagava do meu próprio bolso, logo quando começou (o projeto) porque a gente ainda não tinha uma vida orgânica com o grupo (comunidade) né [...] hoje a gente tem doações [...]” (E1)

Esta mesma característica é normalmente evidenciada em organizações da economia solidária, segundo Andion (2005). De acordo com a autora, a reciprocidade pressupõe movimentos entre grupos simetricamente ordenados e está associada à prática de ajuda mútua que ocorre por meio de parcerias e doações.

A qualidade é definida a partir da relação de proximidade dos cooperados com os parceiros do CataJampa. Estes últimos participam ativamente da concepção do serviço, estabelecendo seus parâmetros de qualidade. Como evidenciado no trecho a seguir:

“ Com os nossos parceiros a gente sempre tem um momento de formação pra gente passar qual é o material que a gente pega, né? [...] a gente faz a identificação com os nossos parceiros, porque tem gente aqui que também nunca foi catador e hoje tá melhor do que um catador e hoje porque nós já passemos por formação e capacitação[...].” (E2)

Como apresentado no trecho abaixo o preço dos materiais na cooperativa é definido levando em consideração aos resultados de uma pesquisa de mercado, abordagem puramente econômica.

“[...] qual preço a gente poderia vender, aí eu geralmente eu costumo dizer vamo em tal canto ver, saber qual é o preço dele novo pra gente pode vender o usado, né? Porque daí daria um parâmetro pra que a gente pudesse estabelecer o preço [...] a gente vai até os atravessadores procurar saber a quanto ele tá comprando o material, aí se esse valor (pausa) a gente vai juntando vai juntando essas pesquisas e depois faz a comparação o que tiver com o preço melhor aí a gente fica [...].” (E1)

Verifica-se que o valor das coisas na cooperativa é definido não como valor de relacionamento, condicionado à capacidade das coisas de expressar, de veicular e de nutrir as relações sociais, mas como valor de troca e valor de uso definidos comumente pela economia tradicional.

Com o estudo desta dimensão na cooperativa, percebemos que a atividade econômica em si prevalece sobre as relações entre as pessoas.

6.3 Dimensão ecológica

Foi observado durante as visitas na cooperativa, que apesar do empreendimento ter caráter formal privado, por ser uma associação civil sem fins lucrativos, ele apresenta finalidade pública, transcendendo o simples contrato entre pessoas físicas e englobando a busca por fins comuns, expressos em seu projeto social. É possível confirmar, a partir do trecho da entrevista descrito a seguir, que a associação busca por fins comuns.

“ [...] no total junto com o CataJampa tá em torno de 10 grupos [...] essa estrutura (estrutura do projeto CataJampa) dá suporte a esses outros grupos que foram identificado, a gente faz a segregação dos matérias deles aqui, a gente faz os transmites burocráticos, anotar, registrar e tudo mais e a partir daqui a gente faz a venda do material deles, [...] sem custo nenhum a gente faz a venda desses materiais e repassa [...] é tipo um trabalho em rede. ” (E1)

Como observado a cooperação CataJampa constitui um espaço público que tem uma relação com valores sociais. É um empreendimento disposto a ouvir e incorporar as manifestações dos seus membros e da comunidade.

Outro aspecto que pôde ser analisado durante as entrevistas foi a ação de transformação social do projeto. Esta pode ser compreendida por duas vertentes, a transformação interna e a transformação externa. Abaixo são apresentados os trechos da entrevista a este respeito.

“ [...] eu acho que é um valor inestimável porque a gente aprende a se relacionar uns com os outros, é difícil pra caramba, [...] a gente quase nos recicla, porque a gente passa a fazer parte de um convívio diferente e ai dentro de toda essa pressão a gente passa a se modelar, então eu acho que o valor é esse [...]. ” (E1)

A partir deste trecho pode ser analisado que os cooperados do projeto se sentem peças valiosas, importantes para o andamento do empreendimento. Entretanto, tornar-se parte da cooperativa não foi uma tarefa tão simples para os membros, por vezes estes precisaram saber lidar com as diferenças e talvez até se moldarem a elas.

“ [...] a gente entramo em contato com o síndico [...] a gente marquemo uma reunião com todo mundo [...] a visão que eles (comunidade) tinha era uma, mas que tava muito feliz com o trabalho da catajampa, que viu que a catajampa não ia deixar que acontecesse de tá, que eles vê que a gente dedetiza né, enfim a gente tá até para fechar uma parceria com eles, então (não audível). ” (E2).

Neste trecho foi observado que a cooperativa tem a preocupação de disseminar o entendimento da sua participação na sociedade para todos, através de diálogo, reflexão coletiva, entre outros.

Segundo Andion (2005) para constituir um espaço público com a finalidade do bem comum é necessário que a cooperativa consiga produzir com sua ação uma transformação social, interna e externa. A transformação interna ocorre por meio da apropriação do projeto social por parte de todos atores envolvidos, sendo crucial para a instauração de uma gestão interna democrática, já a transformação externa depende de uma ação da associação junto à comunidade, enxergando o seu papel enquanto espaço público inserido numa coletividade mais ampla.

6.4 Dimensão organizacional e técnica

Segundo Andion (2005), as organizações da economia solidária, como qualquer outro tipo de organização produtiva, possuem exigências relacionadas as funcionalidades que estão presentes no cotidiano do empreendimento. Ademais, os critérios definidos por financiadores

exigem que cada vez mais estas organizações do tipo comunitário se profissionalizem. E, como demonstrado através dos trechos da entrevista que segue, a profissionalização tem sido um desafio principal para a cooperativa.

“[...]com os nossos parceiros, porque tem gente aqui que também nunca foi catador e hoje tá melhor do que um catador, porque nós já passemos por formação e capacitação [...].” (E2)

“[...] a gente pensa em ter salas de capacitação [...] a gente pode criar um moveleiro, a gente pode criar um técnico de elétrico eletrônica, a gente pode criar um ferreiro pra fazer coisas com o ferro, é uma porta aberta em todos os sentidos, então eu acho que um galpão de catadores ele deve ter todos esses apetrechos [...].” (E1)

No CataJampa o processo de profissionalização tem caráter mais funcional, não alcança outros níveis de profissionalização que fujam um pouco da atividade fim da cooperativa. As capacitações e treinamentos realizados pelos parceiros são voltadas a coleta de materiais reciclados, não há nada voltado a cursos técnicos profissionalizantes.

Outro aspecto identificado através das análises é que os cooperados no CataJampa não são exclusivamente responsáveis pelo seu próprio trabalho, mas sim, pelo todo organizacional. Isso fica claro no trecho que é apresentado a seguir:

“Cada um tem sua atividade pela manhã, eu terminei a minha, não cabe a mim me escorar não, eu vou ali ajudar meu companheiro porque ele não terminou [...].” (E2)

Como observado no caso estudado, o cooperado, enquanto sujeito ativo, não responde apenas por suas atividades designadas, ele assume um papel holístico, interagindo com todas as dimensões da organização.

Foi observado no trecho a seguir que, no CataJampa todos os cooperados recebem os mesmos rendimentos. O valor que é repassada para os cooperados é de decisão conjunta, durante as reuniões, para fazer as divisões salariais de forma totalmente transparente e igualitária.

“[...]é dividido (o rendimento) em partes iguais, a gente divide em partes iguais, nenhum ganha mais do que nenhum, isso seja doação, seja coleta nossa, é dividido em partes iguais.” (E2)

A cooperativa, segundo os relatos observados, não segue repartição de ganhos conforme organizações com pressupostos funcionalistas. Não há uma desigualdade salarial, segundo uma escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo função determinada pela oferta e demanda da mesma no mercado de trabalho.

No CataJampa, a repartição dos ganhos é decidida por todos os cooperados. As doações têm também sua destinação decidida pela assembleia de cooperados. Uma parte delas é posta como investimento e gastos com o empreendimento, e o que sobra é distribuído em dinheiro aos cooperados por algum critério aprovado pela maioria. Normalmente, a divisão é igualitária para todos os cooperados que trabalharam com os materiais doados pelos parceiros.

7 Considerações finais

Ao se analisar os aspectos gerenciais do CataJampa, foi possível determinar as particularidades que definem seus modos de operação. Por meio da caracterização concebida por Andion (2005) a análise das particularidades ficou dividida em quatro coberturas temáticas,

a saber: a dimensão social, a dimensão econômica, a dimensão ecológica e a dimensão organizacional e técnica.

Na dimensão social do CataJampa, foi possível identificar quais eram os atores envolvidos no projeto, bem como as características dos mesmos. Outro ponto possível de análise nesta dimensão foram os meios de interação e tomada de decisão entre os membros. Com relação às características dos atores envolvidos no projeto verifica-se que os indivíduos são ativos, livres, solidários e igualitários. Já os meios de interação e tomada de decisão ocorrem por meio de reuniões e segue o pressuposto normativo do princípio democrático. E, a forma de administrar do empreendimento é por meio da autogestão. Não há a figura do patrão, todos os cooperados participam das decisões administrativas em igualdade de condições.

Na dimensão econômica foi possível analisar as fontes de recursos e os meios para construção da oferta e da demanda. Ao se analisar as fontes de recursos foi observado que o CataJampa efetuava uma hibridação de fontes distintas, são elas: a redistribuição de recursos provenientes do Estado; o mercado de recursos provenientes de trocas mercantis; e as doações provenientes das relações interpessoais. A qualidade do serviço na cooperativa é definida com base nos parâmetros estabelecidos pelos parceiros do CataJampa, dos quais é repassado por meio de capacitações e treinamentos. E, a definição de preços no empreendimento segue uma pesquisa de mercado, semelhante as realizadas em organizações puramente funcionalistas.

Na dimensão ecológica foi possível analisar a relação do empreendimento com a comunidade local, bem como a relação do mesmo com o Estado e com o mercado. Foi verificado que a relação de pertencimento ao projeto social por parte do envolvidos possibilita a transformação interna da cooperativa, como a instauração de uma gestão democrática. Já, através de ações da cooperativa junto à comunidade acontece a transformação externa. Ou seja, a cooperativa passa a enxergar o seu papel enquanto espaço público inserido numa coletividade mais ampla e passa desenvolver ações em prol do bem comum.

Na dimensão organizacional e técnica foi analisado as características do processo produtivo, do conhecimentos e habilidades, dos critérios de eficácia e da satisfação dos indivíduos no trabalho. Nesta categorização foi observado que a cooperativa apresenta um percalço, pois seu processo de profissionalização tem caráter mais funcional, não engloba outras capacitações e treinamentos que não sejam relacionadas a atividade fim do empreendimento. Ademais, observou-se que os cooperados no projeto social assumem um papel holístico, ou seja, não respondem apenas por suas atividades designadas. Outro aspecto relevante que foi analisado, diz respeito a repartição de ganhos na cooperativa. Foi verificado que no empreendimento a divisão de ganhos é decidida por todos os cooperados de forma totalmente transparente e igualitária.

Em suma, foi possível analisar que a cooperativa dispõe de características de cunho funcionalista, a exemplo de como é realizado sua definição de preço, por meio de pesquisa de mercado. Como dispõe também de características de natureza solidária, colaborativa, a exemplo da forma como são tomadas as decisões, por meio da democracia. A cooperativa possui características das duas modalidades de gestão, as quais possuem finalidades distintas. Uma de caráter funcionalista, que parece ser eficiente em tornar a cooperativa mais competitiva e lucrativa, que é o que os cooperados almejam. E outra de caráter solidário, que promete ser eficiente em tornar o empreendimento, além de economicamente produtivo, um centro de interação democrático e igualitário, que é o que seus cooperados precisam.

Referências

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **RAC**, v. 9, n. 1, p. 79-101, jan./mar. 2005.

ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. A economia solidária diante das desigualdades. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

COELLHO, D. B.; GODOY, A. S. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 721-49, 2011.

FOGAÇA, A. Modernização Industrial: Um Desafio ao Sistema Educacional Brasileiro. In: **A Educação e os Trabalhadores**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

GAIGER, Luiz Inácio. Significados e tendências da economia solidária. In: **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. p. 29-42. set. 2000.

GUIMARÃES, A. Q. Iniciativa para a Promoção de Emprego e Renda: Políticas Públicas, Economia Solidária e Desenvolvimento Local. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338, Nov. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília: IPEA, 2011.

_____. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília: IPEA, 2014.

_____. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília: IPEA, 2015.

_____. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília: IPEA, 2016.

_____. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**. Brasília: IPEA, 2017.

_____. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

MONTEIRO, P. C. **A Economia Solidária como Política Pública: Desafios de uma Construção – Reflexões a Partir da Experiência Baiana**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFBA, Salvador, 2009.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: Novos Caminhos para a Inclusão Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, M. B.; DUARTE, T. L.; PIVETA, M. N.; SCHERER, F. L.; MADRUGA, L. R. R. G. As características dos empreendimentos sociais atuantes na economia solidária em diferentes

países da América Latina. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas - RGC**. Santa Maria, RS, v. 4, n. 7, jan. /jun. 2017.

SERRA, R. **A Política de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil**: Estrutura e Questões. Revista de Política Pública. São Luis, v. 13, n. 2, p. 245-254, jul. / dez. 2009.

SILVA JORGE, T. A. **Políticas Públicas de Qualificação Profissional no Brasil**: Uma Análise a Partir do PLANFOR e do PNQ. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2009.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 6 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.